

**Concessionária de Rodovias do Oeste de São
Paulo - ViaOeste S.A.
(Companhia aberta)**

Demonstrações Financeiras Referentes ao
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2015
e Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – VIAOESTE S.A.

(Companhia aberta)

Demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2015

Conteúdo

Relatório da Administração	3 - 10
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	11-12
Balanco patrimonial	13
Demonstração do resultado	14
Demonstração do resultado abrangente	15
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	16
Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto	17
Demonstração do valor adicionado	18
Notas explicativas às demonstrações financeiras	19 - 55

Relatório da Administração

1. Sobre a Companhia

1.1. Aos acionistas

É com satisfação que submetemos à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da CCR ViaOeste, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, acompanhados do Relatório dos auditores independentes.

1.2. Apresentação

A Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. (“CCR ViaOeste” ou “Companhia”) foi constituída em 1998 e tem por objeto exclusivo a exploração do sistema Castello - Raposo, respectivos acessos, execução, fiscalização e gestão dos serviços delegados, complementares e de apoio aos serviços não delegados e tudo mais que for objeto do contrato de concessão CR/003/1998, celebrado em 30 de março de 1998 entre a Companhia e a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (“ARTESP ou Poder Concedente”), na qualidade de sucessora do Departamento de Estradas e Rodagens do Estado de São Paulo – DER/SP (“DER”), sendo vedada a prática de atos estranhos a essa finalidade. No mesmo ano, a concessão do Sistema Castello-Raposo foi outorgada, composta pelas Rodovias Presidente Castello Branco (SP-280), Raposo Tavares (SP-270), Senador José Ermírio de Moraes (SP-075) e Dr. Celso Charuri (SP-091/270), sendo que sua extensão no ano de 2007 passou de 161,78 quilômetros para 168,62 quilômetros administrados, com a incorporação dos Contornos dos trechos urbanizados de São Roque e Brigadeiro Tobias (“Sistema Castello-Raposo” e “Concessão”, respectivamente). O prazo do Contrato de Concessão expira em dezembro de 2022.

Atualmente, a empresa gera empregos em toda a região de influência de suas rodovias, contribuindo para o desenvolvimento econômico dos 16 municípios do entorno das rodovias sob sua administração.

A Companhia é uma sociedade por ações controlada pela CCR S.A. (“CCR”), a qual detém diretamente 100% do capital social da Companhia.

1.3. Destaques do ano de 2015

Destaques financeiros

- Liquidação da 3ª Debêntures Série única de R\$ 150.000.
- Captação de Empréstimo via Lei nº 4131 em outubro - R\$ 116.475.

Prêmios e Reconhecimentos

- CCR ViaOeste conquista Prêmio Ouvidorias Brasil 2015;
- Rodovia Castello Branco conquista 5º lugar no ranking das melhores do país, segundo Pesquisa CNT.

1.4. Dividendos

Foram distribuídos no ano de 2015, devidamente aprovados em AGE (Assembleia Geral Extraordinária):

- 28 de abril de 2015 - R\$ 44.000 de dividendos intermediários relativos ao ano de 2015;

- 28 de outubro de 2015 - R\$ 108.000 de distribuição complementar de dividendos intermediários;
- 29 de dezembro de 2015 - R\$ 11.911 de Juros Sobre Capital Próprio.

2. Estratégia e gestão

2.1. Governança corporativa

Conselho de administração

Nós somos administrados por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o Estatuto Social. Nosso Conselho de Administração é, atualmente, composto por 6 (seis) membros efetivos, dentre os quais 1 (um) será eleito Presidente e 1 (um) Vice-Presidente. Nossa Diretoria é composta atualmente por 2 (dois) membros, um Diretor Presidente que ocupa, também, o cargo de Diretor de Relações com Investidores e um Diretor Operacional.

De acordo com o nosso Estatuto Social, o Conselho de Administração é um órgão de deliberação colegiada e será composto por, no mínimo 6 (seis) e no máximo 8 (oito) membros efetivos. Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente, serão eleitos pelos nossos acionistas reunidos em Assembléia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros de nosso Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembléia Geral Extraordinária da Companhia.

Competirá à Diretoria Executiva a gestão dos negócios sociais, observadas as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração. A Diretoria Executiva funcionará em forma colegiada, deliberando sempre por consenso entre seus integrantes. Na hipótese de não ocorrer o esperado consenso, a matéria será submetida à deliberação do Conselho de Administração.

Nossos Diretores são responsáveis pela administração cotidiana e são eleitos pelo nosso Conselho de Administração para um prazo de mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos.

Atualmente, nossa Diretoria é composta por 2 (dois) membros, sendo um deles Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores e o outro Diretor Operacional, conforme Estatuto Social da Companhia.

O Diretor de Relações com Investidores da Companhia é o Sr. Eduardo Siqueira Moraes Camargo. A Diretoria de Relações com Investidores está localizada na Rodovia Presidente Castello Branco, km 24 – lado par (sentido capital), Conjunto Norte, Jardim Mutinga, Município Barueri, Estado São Paulo, CEP: 06463-400 e no endereço eletrônico www.grupoccr.com.br/viaoeste.

O Sr. Eduardo Siqueira Moraes Camargo pode ser contatado no telefone (11) 2664-6006 ou pelo e-mail: cvm.viaoeste@grupoccr.com.br.

Outras informações da Companhia podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da própria Companhia e da CVM.

2.2. Gestão de pessoas

A CCR ViaOeste acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a empresa desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável.

Em 2015, foram investidos R\$ 329 em programas de capacitação de 817 pessoas.

3. Desempenho econômico e financeiro

3.1. Mercado

A CCR ViaOeste é responsável pela ligação da capital paulista à região oeste paulista, um dos mais ricos e ativos pólos econômicos do país, e pela conexão entre os principais municípios do Estado de São Paulo, desempenhando papel fundamental no transporte de cargas em geral e no transporte dos usuários residentes dessa região.

3.2. Desempenho CCR ViaOeste

Em R\$ mil	2015	2014	Var. %
Receita líquida	981.293	930.196	5,49%
(-) Custos e despesas (a)	440.577	427.903	2,96%
Custos de construção (ICPC 01 R1)	76.588	70.876	8,06%
Demais custos e despesas	363.989	357.027	1,95%
EBIT (b)	540.716	502.293	7,65%
Margem EBIT	55,10%	54,00%	1,1 p.p.
Margem EBIT ajustada (c)	59,77%	58,45%	1,3 p.p.
(+) Depreciação/amortização	113.575	102.018	11,33%
EBITDA (b)	654.291	604.311	8,27%
Margem EBITDA	66,68%	64,97%	1,7 p.p.
(+) Provisão de manutenção (d)	15.163	21.765	-30,33%
(+) Despesas antecipadas ao resultado (e)	3.297	3.297	0,0 p.p.
EBITDA ajustado	672.751	629.373	6,89%
Margem EBITDA ajustada (f)	74,36%	73,24%	1,1 p.p.
Lucro líquido	299.452	285.047	5,05%
Dívida bruta	749.576	914.155	-18,00%
Investimentos	88.098	82.592	6,67%
Veículos equivalentes (em milhares)	126.975	127.492	-0,41%

- (a) Custos totais: custos dos serviços prestados + custos de construção + despesas gerais e administrativas e outras receitas e despesas operacionais.
- (b) Calculados de acordo com a Instrução CVM nº 527/12.
- (c) A margem EBIT ajustada foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas Receitas líquidas sem considerar a receita de construção, uma vez que igual valor, líquido de impostos, afeta os custos totais.
- (d) A provisão de manutenção refere-se à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras. Para maiores detalhes vide notas explicativas 2 - Principais práticas contábeis (item "1") e 18 - Provisão de manutenção.
- (e) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras.
- (f) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.

Receita operacional consolidada

A receita bruta de pedágio em 2015 totalizou R\$ 976.773 (+ 5,3% sobre 2014) e representou 98,63% do total da receita (sem receita de construção). O incremento das receitas de pedágio é consequência da correção da tarifa média, que apresentou crescimento de 5,27%, já que o tráfego, medido em termos de veículos equivalentes, teve decréscimo de 0,4% em relação a 2014.

Custos e despesas

Os custos e despesas apresentaram um aumento de 2,96% em relação a 2014, perfazendo R\$ 440.577 no ano de 2015. Os principais motivos dessa variação estão indicados abaixo:

- Os custos de construção atingiram R\$ 76.588. O aumento de 8,06% decorreu, principalmente, do maior investimento em melhorias (*upgrade*) realizados, que acompanham o Cronograma de Investimentos acordado com o Poder Concedente.
- A provisão de manutenção atingiu R\$ 15.163 e apresentou diminuição de 30,33% em 2015, em relação ao ano de 2014. Durante o exercício de 2015, foram realizadas revisões das estimativas dos custos da provisão de manutenção envolvendo, entre outros, a análise da periodicidade das obras de manutenção e sua conexão com os contratos de concessão, a estimativa dos custos a serem provisionados e a correspondente apuração do valor presente.
- As despesas de depreciação e amortização somaram R\$ 113.575 no ano de 2015. O crescimento de 11,33% decorre dos investimentos adicionais que entraram em operação, descrito na seção de investimentos, bem como do incremento previsto do tráfego no período.
- O custo da outorga (que inclui a apropriação de despesas antecipadas) atingiu R\$ 57.106. A variação positiva 3% deve-se ao aumento da receita bruta.
- O custo de serviços totalizou R\$ 89.572, no ano de 2015. Neste grupo temos os itens de prestadores de serviços, assim como os custos diretos relacionados à conservação especial da rodovia, tais como: estabilização de terraplenos, conservação de obras de arte especiais (pontes, viadutos e túneis), obras de arte correntes (drenagem), entre outros.
- O custo com pessoal atingiu R\$ 55.082 no ano de 2015, registrando aumento de 5,86%. Esse aumento deveu-se, principalmente, ao dissídio ocorrido em 2015.
- Os outros custos (serviços públicos, alugueis, marketing, viagens, e outros) atingiram R\$ 33.491 no ano de 2015.

Resultado financeiro

No ano de 2015, o resultado financeiro líquido negativo foi de R\$ 97.355, comparado a um resultado negativo de R\$ 80.988 em 2014. Houve aumento das receitas financeiras explicado, principalmente, pelo maior saldo de caixa, com conseqüente aumento do rendimento de aplicações financeiras. Compensando esse efeito houve aumento nos juros e variações monetárias decorrentes do financiamento ocorrido em Outubro de 2014.

Lucro líquido

Em 2015, o lucro líquido atingiu R\$ 299.452, apresentando um aumento de 5,05% em relação a 2014. O aumento decorreu, principalmente, do melhor desempenho operacional.

Dívida

Em 2015, a dívida bruta consolidada alcançou R\$ 749.576 em comparação a R\$ 914.155 em 2014.

Investimentos

No acumulado do ano de 2015, os investimentos somaram R\$ 88.098. Os investimentos, principalmente aqueles em obras de grande porte, têm contribuído significativamente para melhoria da qualidade de vida e segurança da população lideira e dos usuários em geral. Dentre os principais investimentos realizados em 2015, destacam-se: Rodovia Raposo Tavares (SP 270) - Prolongamento do Contorno de São Roque que visa segregar o tráfego urbano do tráfego rodoviário de longa distância, Duplicação dos km 63 ao 67. Ampliação do Trevo do km 74 e implantação de Interseção em nível no km 58. Na Rodovia Presidente Castello Branco (SP 280), dentre as principais obras realizadas em 2015 destacam-se a recuperação na Marginal km 23+020 a 25+700 pista leste e pista oeste, além do Sistema de Drenagem Trevo Tamboré.

Dividendos

A Administração da CCR ViaOeste propõe a distribuição de dividendos adicional proposto aos seus acionistas referentes ao exercício de 2015 totalizando R\$ 127.681, montante a ser submetido à aprovação da Assembleia Geral Ordinária de 2016 (AGO).

Juros sobre capital próprio

No dia 29 de dezembro de 2015, os acionistas da Companhia aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária o destaque de juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 11.911, que serão pagos até 31 de dezembro de 2016, conforme vier a ser deliberado oportunamente.

4. Sustentabilidade

Consciente da importância que a prestação de contas e a transparência têm para a reputação e a prosperidade do negócio, o Grupo CCR vem, desde sua estruturação em 1998, adotando boas práticas de governança, que asseguram a geração de valor para toda a sociedade.

O Grupo CCR adota princípios como transparência e equidade, sendo considerado uma referência no mercado. Dentre os comitês de gestão que integram o Conselho de Administração da CCR, o Comitê de Estratégia e Sustentabilidade tem a responsabilidade de garantir a inclusão de aspectos socioambientais na gestão de riscos e estratégia de crescimento da Companhia.

A estratégia do Grupo CCR em 2015 está voltada para a consolidação dos negócios conquistados, principalmente dos novos ativos integrados ao portfólio nos últimos dois anos, e na construção das melhorias necessárias para aprimorar o atendimento e aumentar a satisfação dos usuários, voltada sempre para o cumprimento das obrigações assumidas e a melhoria contínua dos processos em busca do aumento da eficiência e da redução dos custos.

A responsabilidade corporativa do Grupo CCR está expressa nas suas práticas de governança corporativa em diversas iniciativas e compromissos voluntários, tais como Pacto Global, Carbon Disclosure Project (CDP), Índice de Carbono Eficiente da BM&FBovespa (ICO2), Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa, Benchmarking do Investimento Social Corporativo (BISC) e GIFE (Grupo de Institutos Fundações e Empresas), além da parceria com a Childhood, contra o abuso e exploração sexual infantil. Em 2015, o Grupo CCR foi reconhecido, pelo terceiro ano consecutivo, pelo Guia EXAME de Sustentabilidade como a empresa modelo do setor de infraestrutura.

Seguindo tendência mundial, pelo terceiro ano, o Grupo elabora, seu Relatório Anual e de Sustentabilidade baseado nas diretrizes do IIRC – International Integrated Reporting Council, o qual tem por objetivo comunicar de forma concisa e estratégica, a governança, a performance e as perspectivas de uma organização, levando em consideração o contexto externo e a criação de valor no curto, médio e longo prazos.

O Grupo CCR trabalha suas estratégias de negócio por meio de um processo de gestão integrada, buscando gerar valor nos seguintes capitais:

- Capital financeiro
- Capital social e de desenvolvimento
- Capital humano
- Capital manufaturado
- Capital natural
- Capital intelectual

4.1. Desempenho social

4.1.1. Capital social e de relacionamento – *stakeholders*

No que diz respeito ao capital social, a ViaOeste desenvolve e apoia diversos projetos junto a seus públicos de relacionamento. Em 2015, a Companhia apoiou 17 ações culturais, sociais ou esportivas que beneficiaram 103 mil pessoas em 17 municípios limieiros ao Sistema Castello-Raposo. Como exemplo de projetos realizados no ano de 2015 temos:

Programa estrada para a cidadania

Desenvolvido nos municípios de Alumínio, Araçariguama, Araçoiaba da Serra, Barueri, Cotia, Carapicuíba, Embu das Artes, Itu, Itapevi, Jandira, Mairinque, Osasco, Santana de Parnaíba, São Roque, Sorocaba, Votorantim, Vargem Grande Paulista, o programa atendeu no último ano mais de 67.751 mil alunos de 4º e 5º ano, além de cerca de 2.125 professores do ensino fundamental das escolas municipais. Tem como objetivo conscientizar para o respeito à vida, a preservação do meio ambiente e formar pedestres e futuros motoristas mais conscientes de suas responsabilidades. Por meio das atividades realizadas dentro e fora da sala de aulas, os alunos são estimulados a transmitir os valores aprendidos à família e à comunidade.

Programa estrada para a saúde

Atenta às dificuldades do caminhoneiro para cuidar da saúde e aos riscos de acidentes decorrentes de problemas como o sono e a automedicação, a CCR ViaOeste realiza o Programa Estrada para a Saúde que oferece atendimentos gratuitos, onde o caminhoneiro pode fazer exames de glicemia, colesterol e pressão arterial; acuidade visual; cálculo de IMC; cuidar da saúde bucal (tratamento odontológico preventivo, limpeza e restaurações), além de usufruir de outros serviços como corte de cabelo e massagem bioenergética.

Em 2015, o projeto atendeu mais de 5.219 mil caminhoneiros.

Conheça mais sobre os projetos socioambientais da CCR ViaOeste e das demais unidades do Grupo CCR no endereço eletrônico www.institutoccr.com.br.

4.1.2. Capital humano e intelectual

A Companhia trabalha ativamente de maneira a desenvolver seus colaboradores. Em continuidade ao trabalho que vem sendo realizado, no ano de 2015, ocorreram diversos treinamentos destacando-se:

Programa de Desenvolvimento de Lideranças (PDL), Programa de Trainee, SuperInteração/Gestão Participativa (disseminação aos colaboradores das metas pactuadas para o ano e resultados do ano anterior), Programa de Formação de Novos Líderes (capacitação de colaboradores recém promovidos aos cargos de liderança), Reciclagem de rotinas administrativas para líderes, Programa Aprimorando e Programa de Integridade e Conformidade.

4.2. Desempenho ambiental

4.2.1. Capital natural

A CCR ViaOeste possui um programa estruturado com metas, recursos e responsáveis definidos para a gestão de recursos ambientais. Este programa tem foco a melhoria contínua, baseada em abordagens preventivas de gestão ambiental, visando o uso ou consumo sustentável de recursos naturais renováveis no longo prazo. No ano de 2015 a CCR ViaOeste implantou o SGI – Sistema de Gestão Integrado, integrando as ações de Qualidade, Meio Ambiente, Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional, conquistando as certificações ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001.

No que concerne a emissão de Gases do Efeito Estufa, em 2015 a CCR ViaOeste atingiu suas metas e reduziu suas emissões absolutas e relativas diretas.

Durante 2015 houve uma redução de 23,66% do consumo de água em comparação ao ano de 2014. Entre as ações realizadas estão a implantação de mais 3 sistemas de captação de água de chuva em bases operacionais.

4.2.2. Capital manufaturado

A geração de capital manufaturado se dá por meio de melhorias na infraestrutura da Companhia, aumentando a funcionalidade e eficiência de edificações, pavimentos e equipamentos.

No trecho da Rodovia Raposo Tavares entre os km 92 e 115 pistas leste e oeste foi utilizado o asfalto morno, que permite a produção de misturas asfálticas com redução de temperaturas em até 40°C. Esse processo inovador desenvolvido no Centro de Pesquisas Rodoviárias (CPR) gera benefícios ambientais, como a redução das emissões de poluentes, do consumo de combustíveis, construtivos e melhora as condições de trabalho durante o processo de pavimentação, gerando também Capital Intelectual, Natural e Humano respectivamente.

Nas marginais da Rodovia Castello Branco, através do equipamento cepilhamento que se trata de uma espécie de lixamento, conseguiu-se reduzir os níveis de irregularidades no pavimento de concreto, deixando as faixas de rolamento com maior conforto e segurança ao usuário, sem necessidade de demolição de placas para tal correção.

5. Considerações finais

5.1. Agradecimentos

Gostaríamos de expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da CCR ViaOeste.

5.2. Auditores independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº 381/03, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, não foram contratados Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa.

No relacionamento com Auditor Independente, buscou-se avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

As demonstrações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

5.3. Declaração da diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Barueri, 22 de fevereiro de 2016.

A Administração.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A.
Barueri - SP

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A (“Companhia”) em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de

acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC n° 2 SP 011609/O-8

Alexandre Cassini Decourt
Contador
CRC n°1 SP 276957/O-4

Balanço patrimonial

em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo		2015		2014		Passivo		2015		2014	
		Nota						Nota			
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	59.161	93.079			Contas a pagar - operações com derivativos	21	24.543	7.758		
Contas a receber	7	5.416	2.680			Debêntures	14	305.295	305.747		
Contas a receber - partes relacionadas	10	56.546	53.183			Dividendos e juros sobre capital próprio	18(d) e (e)	10.125	8.815		
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	3.297	3.297			Empréstimos e financiamentos	13	3.838	135		
Impostos a recuperar		2.366	6.603			Fornecedores	15	23.197	21.107		
Despesas antecipadas		2.419	2.395			Fornecedores - partes relacionadas	10	2.188	2.157		
Outros créditos		794	388			Imposto de renda e contribuição social		50.160	52.839		
						Impostos e contribuições a recolher		10.757	9.650		
Total do ativo circulante		<u>129.999</u>	<u>161.625</u>			Obrigações com o poder concedente	23b	1.281	1.239		
						Obrigações sociais e trabalhistas		9.326	9.775		
Não circulante						Mútuos - partes relacionadas	10	972	871		
Realizável a longo prazo						Provisão de manutenção	17	9.089	1.188		
Conta reserva	22	122	115			Outras contas a pagar		<u>6.418</u>	<u>5.755</u>		
Contas a receber - operações com derivativos	21	26.163	5.669			Total do passivo circulante		<u>457.189</u>	<u>427.036</u>		
Contas a receber - partes relacionadas	10	1.135	386								
Despesas antecipadas de outorga fixa	9	142.569	120.159			Não circulante					
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	19.782	23.079			Adiantamento para futuro aumento de capital	10	1.724	1.724		
Depósitos judiciais		1.042	793			Debêntures	14	329.095	608.088		
Outros créditos		61	115			Empréstimos e financiamentos	13	111.348	185		
		<u>190.874</u>	<u>150.316</u>			Impostos diferidos	8b	47.490	52.446		
						Obrigações com o poder concedente	23d	-	2.253		
Imobilizado	11	61.641	64.900			Outras contas a pagar		392	707		
Intangível	12	<u>1.008.283</u>	<u>1.019.794</u>			Provisão de manutenção	17	35.073	29.357		
						Mútuos - partes relacionadas	10	39.622	39.621		
						Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	16	<u>2.233</u>	<u>4.128</u>		
Total do ativo não circulante		<u>1.260.798</u>	<u>1.235.010</u>			Total do passivo não circulante		<u>566.977</u>	<u>738.509</u>		
						Patrimônio líquido					
						Capital social	18a	139.763	139.763		
						Reservas de capital	18c	2.677	2.677		
						Reservas de lucros	18b	224.191	88.650		
						Total do patrimônio líquido		<u>366.631</u>	<u>231.090</u>		
Total do ativo		<u>1.390.797</u>	<u>1.396.635</u>			Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.390.797</u>	<u>1.396.635</u>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - VIAOESTE S.A.

(Companhia aberta)

Demonstração de resultados

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receitas	19	981.293	930.196
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		(76.588)	(70.876)
Provisão de manutenção	17	(15.163)	(21.765)
Depreciação e amortização		(95.506)	(85.166)
Custo da outorga		(57.106)	(55.435)
Serviços		(58.948)	(62.466)
Custo com pessoal		(38.890)	(35.211)
Materiais, equipamentos e veículos		(8.847)	(8.170)
Outros		(14.664)	(10.479)
		<u>(365.712)</u>	<u>(349.568)</u>
Lucro bruto		615.581	580.628
Despesas gerais e administrativas			
Despesas com pessoal		(16.192)	(16.824)
Serviços		(30.624)	(28.869)
Materiais, equipamentos e veículos		(662)	(687)
Depreciação e amortização		(18.069)	(16.852)
Outros		(9.318)	(15.103)
		<u>(74.865)</u>	<u>(78.335)</u>
Resultado antes do resultado financeiro		540.716	502.293
Resultado financeiro	20	<u>(97.355)</u>	<u>(80.988)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		443.361	421.305
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	8a	<u>(143.909)</u>	<u>(136.258)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>299.452</u>	<u>285.047</u>
Ordinárias	18f	0,01942	0,01942
Preferenciais	18f	0,02137	0,02137

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - VIAOESTE S.A.

(Companhia aberta)

Demonstração de resultados abrangentes

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Lucro líquido do exercício	299.452	285.047
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>299.452</u>	<u>285.047</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	Reserva de Capital			Reserva de Lucros			Lucros acumulados	Total
	Capital social	Ágio na Incorporação	Incentivos Fiscais	Legal	Retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos		
Saldos em 1º de janeiro de 2014	139.763	2.642	35	27.953	111.255	33.000	-	314.648
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	285.047	285.047
Distribuição de dividendos em 28 de março de 2014	-	-	-	-	(41.785)	(33.000)	-	(74.785)
Distribuição de dividendos em 30 de junho de 2014	-	-	-	-	(69.450)	-	-	(69.450)
Destinações:								
Dividendos intermediários em 28 de outubro de 2014	-	-	-	-	(20)	-	(213.980)	(214.000)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	(10.370)	(10.370)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	60.697	-	(60.697)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	139.763	2.642	35	27.953	60.697	-	-	231.090
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	299.452	299.452
Distribuição de dividendos em 28 de abril de 2015	-	-	-	-	(44.000)	-	-	(44.000)
Destinações:								
Dividendos intermediários em 28 de outubro de 2015	-	-	-	-	(16.697)	-	(91.303)	(108.000)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	(11.911)	(11.911)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	127.681	(127.681)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	68.557	-	(68.557)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	139.763	2.642	35	27.953	68.557	127.681	-	366.631

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - VIAOESTE S.A.
(Companhia aberta)

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de Reais)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	299.452	285.047
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.956)	(8.649)
Apropriação de despesas antecipadas relacionadas a concessão	3.297	3.297
Depreciação e amortização	98.436	87.844
Amortização do direito de concessão	15.139	14.174
Baixa do ativo imobilizado e intangível	589	266
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	(999)	-
Juros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	112.430	94.335
Juros sobre mútuos	5.337	871
Capitalização de custo de financiamentos	(11.296)	(6.337)
Juros sobre impostos parcelados	-	3.424
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2	(154)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	3.649	2.980
Constituição e Reversão da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	1.147	3.296
Resultado de operações com derivativos	(1.164)	(284)
Constituição da provisão de manutenção	15.163	21.765
	236.774	216.828
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber	(2.738)	(668)
Contas a receber - partes relacionadas	(4.112)	(5.661)
Impostos a recuperar	4.237	(4.490)
Despesas antecipadas outorga fixa	(22.410)	(19.940)
Despesas antecipadas e outras	(625)	3.958
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(4.303)	2.003
Fornecedores - partes relacionadas	31	1.931
Obrigações sociais e trabalhistas	(449)	(82)
Impostos e contribuições a recolher e provisões para imposto de renda e contribuição social	147.204	126.382
Pagamentos com imposto de renda e contribuição social	(148.776)	(143.991)
Obrigações com o poder concedente	(2.211)	(3.429)
Realização da provisão de manutenção	(5.195)	(26.215)
Outras contas a pagar	348	(506)
Pagamentos de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	(3.042)	(1.421)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	494.185	429.746
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(14.478)	(16.140)
Adições ao ativo intangível	(67.227)	(62.028)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(81.705)	(78.168)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(162.601)	(359.790)
Resgates / aplicações (conta reserva)	(7)	(6)
Liquidação de operações com derivativos	(8.283)	-
Mútuos com partes relacionadas	(5.235)	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures		
Captações	116.475	437.785
Pagamentos de principal	(284.907)	(419.599)
Pagamentos de juros	(101.840)	(88.115)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(446.398)	(429.725)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(33.918)	(78.147)
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	93.079	171.226
No final do exercício	59.161	93.079
	(33.918)	(78.147)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - VIAOESTE S.A.
(Companhia aberta)

Demonstrações do valor adicionado

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de Reais)

	Nota	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receitas			
Receita de pedágio	19	976.773	927.911
Receita de construção	19	76.588	70.876
Outras receitas	19	24.695	12.892
Insumos adquiridos de terceiros			
Custo de construção		(76.588)	(70.876)
Provisão de manutenção	17	(15.163)	(21.765)
Custos dos serviços prestados		(80.567)	(78.552)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		<u>(41.071)</u>	<u>(45.660)</u>
Valor adicionado bruto		<u>864.667</u>	<u>794.826</u>
Depreciação e amortização		<u>(113.575)</u>	<u>(102.018)</u>
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia		<u>751.092</u>	<u>692.808</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	20	<u>55.486</u>	<u>19.879</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u><u>806.578</u></u>	<u><u>712.687</u></u>
Distribuição do valor adicionado			
Empregados			
Remuneração direta		32.272	31.358
Benefícios		12.931	10.963
FGTS		1.827	1.742
Outros		1.113	1.332
Tributos			
Federais		187.364	177.898
Estaduais		206	173
Municipais		49.488	47.027
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		163.598	100.302
Aluguéis		1.221	1.410
Outorga		57.106	55.435
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos	18(d)	103.214	214.000
Lucros retidos do exercício		<u>196.238</u>	<u>71.047</u>
		<u><u>806.578</u></u>	<u><u>712.687</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - VIAOESTE S.A. (Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada à Rodovia Presidente Castello Branco, Km 24 – Lado Par – Conjunto Norte, bairro Jardim Mutinga, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo. A Controladora final da Companhia é a CCR S.A.

A Companhia tem como objeto exclusivo, sob o regime de concessão entre 31 de março de 1998 e 31 de dezembro de 2022, a exploração do Sistema Rodoviário Castello Branco/Raposo Tavares, incluindo as rodovias Presidente Castello Branco (SP 280), Raposo Tavares (SP 270), Senador José Ermírio de Moraes (SP 075) e Dr. Celso Charuri (SP 091), compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema e respectivos acessos, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto de acordo com o Edital de Concorrência nº 008/CIC/97 do Departamento de Estradas de Rodagem - DER de São Paulo. A Companhia assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão, denominados de ampliações principais:

Marginais da Rodovia Presidente Castello Branco km 13,7 ao km 24,6

Construção de marginais na Rodovia Presidente Castello Branco entre os km 13,7 e km 24,6 (região de Alphaville), concluída no primeiro semestre de 2001.

Duplicação da Rodovia Raposo Tavares km 34,0 ao km 115,5

A duplicação entre os trechos dos km 34,0 ao km 45,0 e dos km 89,0 ao km 115,5 já foram concluídas. A duplicação entre o km 45,0 e km 89,0 deverá ser concluída até 2022, conforme Contrato de Concessão nº 003/CR/1998, de 30 de março de 1998 e seus Termos Aditivos e Modificativos.

Contornos de São Roque e Brigadeiro Tobias

O contorno de São Roque foi executado no período de setembro de 2006 a agosto de 2007, na Rodovia Raposo Tavares (SP 270). O contorno de São Roque possui uma extensão de 4,5 km, em pista simples, com duas faixas de rolamento e acostamentos, desviando o tráfego pesado do centro do município de São Roque para a rodovia.

O contorno de Brigadeiro Tobias, foi concluído em julho de 2007, na Rodovia Raposo Tavares - SP 270, no distrito de Sorocaba. Da mesma forma que o contorno de São Roque, esta obra permitiu o desvio do tráfego rodoviário do centro urbano do distrito de Brigadeiro Tobias, interligando a Rodovia Raposo Tavares (SP 270) entre o km 87,0 e o km 89,6.

A Companhia também atuou no sentido de viabilizar soluções de investimentos e serviços de infraestruturas no trecho concedido à Companhia, contribuindo para o desenvolvimento das regiões lindeiras. Neste intuito, a Companhia seguiu com os seguintes projetos:

Projeto Cebolão

O Projeto Cebolão consistiu na construção de um complexo viário, que se uniu ao antigo Cebolão, objetivando a redução do congestionamento na chegada à São Paulo, através da Rodovia Presidente Castello Branco. Este projeto também contemplou melhorias no trevo de acesso à Jandira, Itapevi e Aldeia da Serra.

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - VIAOESTE S.A.
(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dentro do escopo desse projeto, o Poder Concedente estendeu a área de atuação da Companhia e autorizou a extensão dos pedágios das praças de Barueri e Osasco para as pistas expressas da Rodovia Presidente Castello Branco.

Marginais de Sorocaba - km 92,0 a km 106,0

Este investimento, com início em setembro de 2008, tem o intuito de atender aos níveis de serviço devido à alta demanda de tráfego rodoviário local, proporcionando mais conforto e fluidez aos usuários. A Companhia liberou para o tráfego de veículos a nova pista da marginal da Rodovia Raposo Tavares entre o km 95 e km 106, conforme abaixo:

- 1ª Etapa: entre os km 99 e km 100 - conclusão em 06/2009;
- 2ª Etapa: entre os km 95 e km 98 - conclusão em 12/2010;
- 3ª Etapa: entre os km 98 e km 99, bem como, entre os km 100 e km 105 - conclusão em 03/2011; e
- 4ª Etapa: entre os km 105 e km 106 - conclusão em 01/2013.

A última etapa da construção da marginal da Rodovia Raposo Tavares, entre o km 92 e km 95, foi concluída em dezembro de 2014.

Bens reversíveis

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

Outras informações relevantes

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. São eles:

(i) Procedimento administrativo - Termo Aditivo Modificativo nº 12/06

Em fevereiro de 2012, foi recebida pela ViaOeste solicitação da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) para apresentação de respectiva defesa prévia em processo administrativo, referente ao Termo Aditivo Modificativo (TAM) nº 12/06, de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012, a ViaOeste foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso até 20 de setembro de 2013. Em 26 de setembro de 2013, a ViaOeste apresentou seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo. Em 13 de janeiro de 2014, a ViaOeste apresentou suas alegações finais. Em 05 de maio de 2014, a ARTESP encerrou o processo administrativo, entendendo que a controvérsia deveria ser dirimida pelo Poder Judiciário. As partes ajuizaram ações judiciais sobre referida controvérsia.

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - VIAOESTE S.A.
(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Estado de São Paulo e a ARTESP ajuizaram a Ação de Procedimento Ordinário nº 1019684-41.2014.8.26.0053 contra a ViaOeste pleiteando a declaração de nulidade do TAM nº 12/06. A ViaOeste ajuizou a Ação de Procedimento Ordinário nº 1027970-08.2014.8.26.0053 contra o Estado de São Paulo e a ARTESP pleiteando a declaração de validade do TAM nº 12/06.

Reconhecida a conexão entre as duas ações, ambas passaram a ter o mesmo andamento na 12ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo.

Atualmente as referidas ações encontram-se em fase de provas, tendo sido deferida a realização de perícia econômica para dirimir a controvérsia de ambas as ações.

A ViaOeste propôs também a Ação de Procedimento Ordinário nº0019924-81.2013.8.26.0053 que visava a declaração de nulidade do processo administrativo de invalidação de Termo Aditivo em virtude (i) da impossibilidade de anulação unilateral de Termo Aditivo e Modificativo bilateral; (ii) da ocorrência de decadência do direito da administração anular o Termo Aditivo; (iii) da existência de coisa julgada administrativa. Em 1º de fevereiro de 2015 foi proferida sentença extinguindo o feito sem julgamento de mérito. Em 19 de março de 2015, a Concessionária interpôs recurso de apelação que aguarda julgamento.

(ii) Reajuste Tarifário de 2014

A ARTESP determinou a aplicação de um índice de reajuste diverso do contratual, em razão de cálculo unilateral que considerou efeitos decorrentes da aplicação de índice de reajuste em 2013, mas impediu sua cobrança aos usuários devido à compensação (tarifa sobre eixos suspensos e redução da outorga variável).

Em 02 de julho de 2014, a concessionária propôs Ação de Procedimento Ordinário nº 1026968-03.2014.8.26.0053, visando a regularidade do Contrato com aplicação do índice contratual às tarifas de pedágio. Em 03 de março de 2015 foi publicada sentença julgando procedente a ação. Em 09 de março de 2015 foram opostos embargos de declaração pela ViaOeste, pela ARTESP e pelo Estado de São Paulo. Após decisão proferida nos embargos de declaração, ARTESP e Estado de São Paulo interpuseram recursos de Apelação, que aguardam julgamento pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Os efeitos da sentença estão suspensos devido a suspensão de liminar deferida pelo Presidente do TJSP em 13 de agosto de 2014.

(iii) Reajustes de tarifas de pedágio – Concessões do Estado de São Paulo

Reajuste de 2013: O Governo do Estado de São Paulo decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas definidos para 1º de julho de 2013, conforme contratos de concessão em vigor. O Conselho Diretor da ARTESP deliberou, em 26 de junho de 2013, autorizar o reajuste das tarifas pela variação do IGPM (Fundação Getúlio Vargas) e definir várias medidas de compensação da sua não cobrança dos usuários, pela: (i) utilização de 50% do valor de 3% sobre a receita bruta, previsto a título de ônus variável pago ao Estado para fins de fiscalização dos contratos; (ii) implementação da cobrança de tarifas relativas aos eixos suspensos dos caminhões que transitam nas rodovias estaduais; (iii) utilização parcial do ônus fixo devido ao Estado, caso necessário para complementar. Para efetivar tais deliberações, foram adotadas as seguintes medidas: (i) o secretário estadual de logística e transportes editou a

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - VIAOESTE S.A.
(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Resolução SLT nº 4, de 22 de julho de 2013, regulamentando a cobrança dos eixos suspensos; (ii) o Conselho Diretor da ARTESP autorizou, em 27 de julho de 2013, o não recolhimento, pelas concessionárias, de 1,5% sobre a receita bruta (equivalente a 50%), a título de ônus variável referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2013 e (iii) o Conselho Diretor da ARTESP decidiu, em 14 de dezembro de 2013, prorrogar por prazo indeterminado a autorização para o não recolhimento, pelas Concessionárias, de 1,5% sobre a receita bruta (equivalente a 50%), a título de ônus variável. As medidas de compensação e eventual reequilíbrio da diferença não foram ainda equacionadas junto às Concessionárias, pela ARTESP.

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia.

a) *Moeda estrangeira*

- Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

b) *Apuração do resultado*

Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

c) *Receitas de serviços*

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização das rodovias pelos usuários.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o CPC 17 – Contratos de construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - VIAOESTE S.A.
(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

- Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no seu valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

- Instrumentos financeiros derivativos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício.

- Contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*)

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - VIAOESTE S.A.
(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com moeda estrangeira e juros, como *hedge* de valor justo ou *hedge* de fluxo de caixa.

No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de *hedge*. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de *hedge* usado em uma relação de *hedge* é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*.

A nota explicativa nº 21 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de *hedge*.

Hedge de valor justo: *hedge* de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado.

Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de *hedge* atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do *hedge* é descontinuada prospectivamente quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. O ajuste ao valor justo do item objeto de *hedge*, oriundo do risco de *hedge*, é registrado no resultado a partir dessa data.

A contabilização de *hedge* é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio naquela data permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio são reconhecidos imediatamente no resultado.

- Capital social – ações ordinárias e preferenciais

Ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis a emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de qualquer efeitos tributários.

e) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

f) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - VIAOESTE S.A.
(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

g) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessários para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 11.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

h) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - VIAOESTE S.A.
(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil estimada.

- Direito de concessão gerado na aquisição de negócios e ágios

Os direitos de concessão, gerados na aquisição total ou parcial das ações, refletem o custo de aquisição do direito de operar as concessões. Estes direitos estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizados ao longo do prazo da concessão, linearmente ou pela curva de benefício econômico. Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 12.

- Direito de exploração de infraestrutura - vide item “r”.

i) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - VIAOESTE S.A.
(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

k) Provisão de manutenção - contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

Para fins de cálculo do valor presente, a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento.

l) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre passivos financeiros.

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - VIAOESTE S.A.
(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e perdas por provisão para recuperação de ativos financeiros. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

m) Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos são capitalizados durante a fase de construção.

n) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - VIAOESTE S.A.
(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração.

p) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

q) Direito da concessão

Em consideração à orientação contida nos itens 12 (a) e 13 da OCPC 05 - Contratos de concessão, a Companhia adota a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo os valores futuros a pagar ao Poder Concedente (divulgado na nota explicativa nº 24) com base nos termos contratuais, sob o entendimento dos contratos de concessão destas investidas serem contratos executórios. A Administração da Companhia avalia que estes contratos de concessão podem ser encerrados sem custos relevantes que não sejam indenizados.

r) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - VIAOESTE S.A.
(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

s) *Demonstração de valor adicionado*

Foi elaborada demonstração do valor adicionado (DVA), nos termos do CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, na qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras.

t) *Novos pronunciamentos e interpretações*

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2015 pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação torne-se obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - VIAOESTE S.A.
(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Pronunciamento	Descrição	Vigência
Alterações à IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimento sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização	As alterações à IAS 16 proíbem as entidades de utilizarem um método de depreciação com base em receitas para itens do imobilizado. As alterações à IAS 38 introduzem uma presunção refutável de que as receitas não constituem base adequada para fins de amortização de um intangível.	(a)
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Revisão em 2014, contém exigências para: (a) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; (b) metodologia de redução ao valor recuperável; (c) contabilização geral de <i>hedge</i> .	(b)
IFRS 15 - Receita de contratos com clientes	Estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.	(b)

- (a) Aplicação em períodos anuais iniciados após 1º de julho de 2016;
(b) Aplicação em períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2018;

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei Federal nº 12.973, em conversão à MP nº 627/2013, que alterou a legislação tributária federal para adequá-la à legislação societária e às novas normas contábeis, entre outras providências, a qual foi adotada a partir de 1º de janeiro de 2015. A Administração não optou pela adoção de forma antecipada desta lei em 2014.

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), as quais abrangem as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC em consonância com a Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aplicadas de maneira consistente.

Em 22 de fevereiro de 2016, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo através do resultado.
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas Demonstrações foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - VIAOESTE S.A.
(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

- 2 Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível – ICPC 01 (R1)
- 7 Provisão para devedores duvidosos
- 8b Impostos diferidos
- 11 Depreciação do ativo imobilizado
- 12 Amortização dos ativos intangíveis
- 16 Provisão para riscos
- 17 Provisão de manutenção
- 21 Instrumentos financeiros

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e de divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuro projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidos de fontes públicas (BM&Bovespa e Bloomberg)

- Derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a contratos de *swaps* de taxa de juros, que visam à proteção contra riscos de taxas de juros.

Operações de *swap* de juros e/ou de moeda

Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg) adicionadas dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente por uma taxa livre de riscos na data de mensuração.

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - VIAOESTE S.A.
(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxa de câmbio; e
- d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de meios eletrônicos, que potencialmente sujeitam as Companhias à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do Certificado de Depósito Interbancário - CDI relativos aos financiamentos em reais; (2) do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e CDI relativo às debêntures; e (3) IGP-M relativo ao ônus da concessão (4) IPCA ou IGP-M relativo à tarifa básica de pedágio. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 13, 14, 22 e 24.

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem investimentos em controladas e controladas em conjunto no exterior e tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - VIAOESTE S.A.
(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos e debêntures.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidos nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento.

	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>Entre 1 e 2 anos</u>	<u>Entre 3 e 4 anos</u>
Financiamentos e Arrendamentos mercantis	3.838	111.348	-
Debêntures (a)	306.218	175.229	154.431

(a) Valores brutos do custo de transação.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 327.190, substancialmente composto por financiamentos e debêntures a pagar, conforme mencionado na nota explicativa nº 13 e 14. Essas dívidas são formadas por captações aplicadas em projetos já performados. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Caixa e bancos	2.524	2.483
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	<u>56.637</u>	<u>90.596</u>
	<u>59.161</u>	<u>93.079</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,46% do CDI, equivalente a 13,10% ao ano (10,73% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2014).

7. Contas a receber

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - VIAOESTE S.A.
(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Circulante		
Pedágio eletrônico - outros (a)	4.910	2.134
Receitas acessórias (b)	<u>617</u>	<u>655</u>
	5.527	2.789
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	<u>(111)</u>	<u>(109)</u>
	<u>5.416</u>	<u>2.680</u>

Idade de vencimento dos títulos

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Créditos a vencer	5.317	2.559
Créditos vencidos até 60 dias	84	105
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	15	16
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	44	24
Créditos vencidos há mais de 180 dias	<u>67</u>	<u>85</u>
	<u>5.527</u>	<u>2.789</u>

- (a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio;
- (b) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão;
- (c) A provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PCLD reflete o histórico de perda da Companhia.

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - VIAOESTE S.A.
(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2015	2014
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	443.361	421.305
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(150.743)	(143.244)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas com brindes e associações de classe	(195)	(276)
Despesas indedutíveis	(1.144)	(2.126)
Incentivo relativo ao imposto de renda	4.378	4.533
Juros sobre capital próprio	4.050	3.526
Provisão para participação nos resultados (PLR)	(191)	(106)
Outros ajustes tributários	(64)	1.435
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(143.909)</u>	<u>(136.258)</u>
Impostos correntes	(148.865)	(144.907)
Impostos diferidos	4.956	8.649
	<u>(143.909)</u>	<u>(136.258)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>32,46%</u>	<u>32,34%</u>

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	2015	2014
Bases ativas		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	63.369	65.647
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.021	1.111
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	759	1.403
Custo de transação na emissão de títulos	218	232
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	38	37
Valor justo de operações com instrumentos financeiros derivativos	9.668	-
Perdas em operações com derivativos	1.396	-
Outros	2.770	2.309
	<u>79.239</u>	<u>70.739</u>
Bases passivas		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(110.221)	(121.232)
Valor justo de operações com instrumentos financeiros derivativos	(9.152)	(11)
Ganho de operações com derivativos	(5.221)	-
Outros	(2.135)	(1.942)
	<u>(126.729)</u>	<u>(123.185)</u>
Passivo fiscal diferido líquido	<u>(47.490)</u>	<u>(52.446)</u>

(a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do art. nº 69 da Lei 12.973/14 (fim do RTT).

9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - VIAOESTE S.A.
(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Início da concessão (1)		Extensão do prazo da concessão (2)		Total	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Circulante	3.297	3.297				
Não Circulante	19.782	23.079	142.569	120.159	162.351	143.238

- (1) Os pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamentos ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão, foram registradas como ativo e estão sendo apropriadas ao resultado pelo prazo de concessão.
- (2) Para adequação do valor dos custos com outorga fixa na Companhia em que o prazo da concessão foi estendido sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos está sendo ativado e será apropriado ao resultado no período de extensão da concessão.

10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2015 e 2014, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e coligadas podem ser assim demonstradas:

	Transações			Saldos			
	Receitas	Serviços prestados	Despesas financeiras	Ativo	Passivo		
				Contas a receber	AFAC	Mútuo	Fornecedores
Controladora							
CCR S.A. (a) (b)	(127)	12.185	-	1	1.724	-	953
Coligadas							
CGMP (c)	318	-	-	55.204	-	-	-
CPC (d)	-	15.316	-	-	-	-	1.205
SPVias (e)	-	-	-	-	-	-	6
Rodoanel Oeste (e) (f)	-	-	5.337	18	-	40.594	23
Samm (g)	2.032	-	-	2.458	-	-	-
Serveng Cívilsan (i)	-	-	-	-	-	-	1
Total circulante, 31 de dezembro de 2015				56.546	-	972	2.188
Total não circulante, 31 de dezembro de 2015				1.135	1.724	39.622	-
Total, 31 de dezembro de 2015	2.223	27.501	5.337	57.681	1.724	40.594	2.188
Total, 31 de dezembro de 2014	4.039	27.208	871	53.569	1.724	40.492	2.157

Despesas com profissionais chave da Administração

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - VIAOESTE S.A.
(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Remuneração (h):		Reapresentado (*)
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	1.615	1.605
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado		
Provisão de PPR no ano a pagar no ano seguinte	659	919
Complemento de PPR pago no ano	103	1.206
Previdência privada	85	78
Seguro de vida	5	5
	<u>2.467</u>	<u>3.813</u>

Saldos a pagar aos profissionais chave da Administração:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
		(Reapresentado) (*)
Remuneração dos administradores	813	1.061

(*) Reapresentado com inclusão da despesa com seguridade social para melhor apresentação.

Na AGO realizada em 16 de abril de 2015, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 3.900, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para a seguridade social.

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- (b) Adiantamento para futuro aumento de capital;
- (c) Valores de tarifa de pedágio cobrados de usuários do sistema de pedágio eletrônico, os quais serão repassados à Companhia no mês subsequente;
- (d) Contrato de prestação exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- (e) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;
- (f) Cessão de crédito de IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas, conforme autorizado pelo artigo 33 da Medida Provisória – MP nº 651/14, remunerada a taxa de 105% do CDI. Os juros serão pagos semestralmente, em abril e outubro de cada ano, até o vencimento final da operação, em 28 de outubro de 2019, quando será calculado o pagamento principal;

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - VIAOESTE S.A.
(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (g) Contrato de locação de fibra óptica apagada com prazo contratual até o término da vigência do contrato de concessão, com valores liquidados no 10º dia útil do mês subsequente após o recebimento e aceitação. Qualquer atraso no pagamento sujeito à incidência de juros à taxa de 1% ao mês, calculados proporcionalmente a partir da data do vencimento até a data do efetivo pagamento, mais multa moratória de 2% sobre o valor devido e atualização monetária calculada pela variação do IGP-M;
- (h) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria, registradas no balanço patrimonial como obrigações trabalhistas; e
- (i) Prestação de serviços por empreitada a preço global, com vigência de 03 de setembro de 2014 a 26 de janeiro de 2016.

11. Ativo imobilizado

Movimentação do custo

	2014		2015		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	3.896	-	(18)	202	4.080
Máquinas e equipamentos	33.944	19	(819)	2.110	35.254
Veículos	12.295	-	(2.442)	984	10.837
Instalações e edificações	2.130	4.722	-	-	6.852
Equipamentos operacionais	67.227	-	(2.597)	9.287	73.917
Imobilizado em andamento	10.201	10.526	-	(14.859)	5.868
	<u>129.693</u>	<u>15.267</u>	<u>(5.876)</u>	<u>(2.276)</u>	<u>136.808</u>
	2013		2014		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	3.615	517	(508)	272	3.896
Máquinas e equipamentos	36.358	361	(8.118)	5.343	33.944
Veículos	11.235	3	(3.475)	4.532	12.295
Instalações e edificações	2.130	-	-	-	2.130
Equipamentos operacionais	80.261	187	(15.520)	2.299	67.227
Imobilizado em andamento	7.503	15.838	-	(13.140)	10.201
	<u>141.102</u>	<u>16.906</u>	<u>(27.621)</u>	<u>(694)</u>	<u>129.693</u>

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - VIAOESTE S.A.
(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação da depreciação

	Taxa média anual de depreciação %	2014		2015		Saldo final
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	
Móveis e utensílios	11	(2.038)	(372)	14	-	(2.396)
Máquinas e equipamentos	13	(16.117)	(4.025)	779	390	(18.973)
Veículos	24	(4.734)	(2.476)	1.958	(7)	(5.259)
Instalações e edificações	6	(2.015)	(26)	-	-	(2.041)
Equipamentos operacionais	17	(39.889)	(8.771)	2.550	(388)	(46.498)
		(64.793)	(15.670)	5.301	(5)	(75.167)

	Taxa média anual de depreciação %	2013		2014		Saldo final
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	
Móveis e utensílios	11	(2.080)	(361)	503	(100)	(2.038)
Máquinas e equipamentos	12	(20.675)	(3.528)	8.092	(6)	(16.117)
Veículos	20	(6.594)	(1.397)	3.257	-	(4.734)
Instalações e edificações	5	(1.986)	(29)	-	-	(2.015)
Equipamentos operacionais	16	(47.456)	(7.939)	15.503	3	(39.889)
		(78.791)	(13.254)	27.355	(103)	(64.793)

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 789 em 2015 (R\$ 766 em 2014). A taxa média anual de capitalização no exercício de 2015 foi de 11,60% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 8,82% a.a. no exercício de 2014.

12. Ativos intangíveis

Movimentação do custo

	2014		2015		Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	
Direitos de exploração da infraestrutura concedida (b)	1.319.161	84.127	-	(1)	1.403.287
Direitos de uso de sistemas informatizados	10.092	-	(357)	2.277	12.012
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	1.557	-	-	-	1.557
Direito da concessão - ágio (c)	251.709	-	-	-	251.709
	1.582.519	84.127	(357)	2.276	1.668.565

	2013		2014		Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	
Direitos de exploração da infraestrutura concedida (b)	1.247.077	72.023	-	61	1.319.161
Direitos de uso de sistemas informatizados	9.664	-	-	428	10.092
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	1.352	-	-	205	1.557
Direito da concessão - ágio (c)	251.709	-	-	-	251.709
	1.509.802	72.023	-	694	1.582.519

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - VIAOESTE S.A.
(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação da amortização

	Taxa média anual de amortização %	2014		2015		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(*)	(451.359)	(81.171)	-	-	(532.530)
Direitos de uso de sistemas informatizados	21	(7.245)	(1.478)	343	5	(8.375)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(1.211)	(117)	-	-	(1.328)
Direito da concessão - ágio (c)	(*)	(102.910)	(15.139)	-	-	(118.049)
		<u>(562.725)</u>	<u>(97.905)</u>	<u>343</u>	<u>5</u>	<u>(660.282)</u>

	Taxa média anual de amortização %	2013		2014		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(*)	(378.175)	(73.287)	-	103	(451.359)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(6.090)	(1.155)	-	-	(7.245)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(1.063)	(148)	-	-	(1.211)
Direito da concessão - ágio (c)	(*)	(88.736)	(14.174)	-	-	(102.910)
		<u>(474.064)</u>	<u>(88.764)</u>	<u>-</u>	<u>103</u>	<u>(562.725)</u>

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.
- (b) Do montante de R\$ 1.403.287, em 31 de dezembro de 2015, R\$ 108.671 referem-se à intangível em fase de construção e não disponibilizado ao usuário; e
- (c) Direito da Concessão: refere-se ao ágio gerado após a reorganização societária, conforme estabelecido no Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação datado de 28 de junho de 2005.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 10.507 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 5.571 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014). A taxa média anual de capitalização no exercício de 2015 foi de 11,60% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 8,82% a.a. no exercício de 2014.

13. Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Vencimento final	2015	2014
Em moeda nacional				
Alfa S.A. (Finame)	5,5% a 7,70% a.a.	Julho de 2017	185	302 (b)
Alfa S.A. (Finame)	7,0% a.a.	Mai de 2015	-	18 (b)
Subtotal em moeda nacional			<u>185</u>	<u>320</u>
Em moeda estrangeira				
1. Merrill Lynch (a)	LIBOR 3M + 2,50% a.a.	Outubro de 2017	115.001	- (c)
Subtotal em moeda estrangeira			<u>115.001</u>	<u>-</u>
Total geral			<u>115.186</u>	<u>320</u>
Circulante			<u>3.838</u>	<u>135</u>
Não circulante			<u>111.348</u>	<u>185</u>

- (a) Por entender ser informação mais relevante, dado que a operação está protegida na sua totalidade por contrato de *swap*, a Companhia decidiu mensurar esta operação ao valor justo através do resultado (vide nota explicativa nº 20 para maiores detalhes).

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - VIAOESTE S.A.
(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Garantias:

- (b) Bens financiados.
(c) Não existem garantias.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>2015</u>
2017	111.348

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculadas ao contrato de financiamento, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

- Em 07 de outubro de 2015, foi firmado contrato em moeda estrangeira (dólar norte-americano), com liberação no dia 26 de outubro de 2015, através da Lei nº 4131, com o Bank of America, no montante de USD 30.000 mil, equivalente a R\$ 116.475, com vencimento em 26 de outubro de 2017, remunerado à Libor de 3 meses + 2,50% a.a.. O pagamento de juros é trimestral e o pagamento de principal no final da operação. Na mesma data, foi firmado contrato de *swap*, trocando a remuneração da dívida por 109,95% do CDI.

Não há cláusulas restritivas.

14. Debêntures e notas promissórias

<u>Série</u>	<u>Taxas contratuais</u>	<u>Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)</u>	<u>Custos de transação incorridos</u>	<u>Saldo de custo de transação a apropriar 2015</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
1. 3a. Emissão Série Única	110,5% do CDI	0,2201% (a)	740	-	Fevereiro de 2015	-	22.232 (d)
2. 4a. Emissão Série Única	108,3% do CDI	0,1723% (a)	3.862	360	Mai de 2017	267.672	444.755 (d)
3. 5a. Emissão Série 1 (c)	106,1% do CDI	0,1611% (a)	835	326	Setembro de 2017	203.921	297.357 (d)
3. 5a. Emissão Série 2	IPCA+5,67 % a.a.	0,3360% (b)	1.380	802	Setembro de 2019	162.797	149.491 (d)
Total geral				1.488		634.390	913.835
Circulante							
Debêntures e notas promissórias						306.218	307.253
Custo de transação						(923)	(1.506)
						305.295	305.747
Não Circulante							
Debêntures						329.660	609.577
Custo de transação						(565)	(1.489)
						329.095	608.088

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.
- (b) O custo efetivo desta transação refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - VIAOESTE S.A.
(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (c) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 22.

Garantias:

- (d) Não existem garantias.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>2015</u>
2017	175.229
2019	154.431
	<u>329.660</u>

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculados aos contratos de debêntures e notas promissórias, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. Em 20 de fevereiro de 2011, foi realizada a 3ª emissão pública de debêntures, no total de 150.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, série única, da espécie subordinada, sem garantias, com valor nominal total de R\$ 150.000, as quais foram liquidadas em 20 de fevereiro de 2015.
2. Em 28 de abril de 2012, foi realizada a 4ª emissão pública de 75.000 debêntures, simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública, com valor nominal total de R\$ 750.000, as quais foram subscritas e integralizadas em 10 de maio de 2012, no valor total de R\$ 751.887. As debêntures têm remuneração de 108,30% do CDI.

Esta emissão não conta com garantias.

O valor nominal das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Amortização: em 17 parcelas iguais, trimestrais e sucessivas, iniciando-se a primeira em 28 de maio de 2013;
- Juros: trimestralmente, entre 28 de maio de 2012 e 28 de maio de 2017.

As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente e/ou amortizadas parcialmente, a qualquer momento, a critério da emissora, mediante pagamento de prêmio de resgate de no máximo 0,75% incidente sobre o valor do resgate e/ou amortização.

Os principais critérios para o vencimento antecipado são:

- Ocorrência de qualquer alteração na composição societária da ViaOeste que venha a resultar na alienação do seu controle acionário a terceiros, sem prévia e expressa aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - VIAOESTE S.A.
(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

debêntures em circulação, restando autorizadas as hipóteses de transferência de controle dentro do grupo econômico da CCR.

- Caso a ViaOeste, sem que haja a aprovação prévia da maioria simples dos debenturistas, realize uma ou mais novas emissões de debêntures que, na data de cada respectiva emissão, leve o índice de Dívida Líquida/EBITDA a um valor superior a 4, calculado com base nas demonstrações financeiras mais recentes divulgadas à CVM e ao mercado, ressalvado, contudo, emissões cuja totalidade ou parcela dos recursos captados sejam, destinados ao pré-pagamento e liquidação das debêntures da presente emissão, as quais não estão sujeitas ao limite estabelecido neste item;
 - Redução do capital social da ViaOeste sem que haja anuência prévia da maioria simples dos titulares das debêntures em circulação;
 - Constituir ou permitir a constituição, em garantia de novas dívidas, de quaisquer ônus, encargos ou gravames sobre qualquer um de seus ativos atualmente existentes ou doravante adquiridos.
3. Em 15 de setembro de 2014, foi realizada a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública, nos termos da Instrução da CVM nº 476, no valor nominal total de R\$ 440.000, não podendo ser facultativamente resgatadas.

Sobre o montante da primeira série, de R\$ 290.000, incorrerão juros de 106,10% do CDI, em um prazo total de 3 anos, vencendo portanto em 15 de setembro de 2017. O principal e juros serão pagos em 10 parcelas iguais e sucessivas, trimestralmente, a partir de 15 de junho de 2015.

Os juros da segunda série serão pagos semestralmente, a partir de 15 de março de 2015, sendo o principal amortizado no vencimento da operação, em 15 de setembro de 2019.

As debêntures da segunda série têm seu valor nominal atualizado pelo IPCA e juros remuneratórios 5,67% a.a. incidentes sobre o valor atualizado.

Em 27 de outubro de 2014, foram contratadas operações de *swap* para a segunda série, onde houve a troca do indexador IPCA + 5,67% a.a., para todos os vencimentos de juros e principal, pelos percentuais de 99,9% a 100% do CDI.

O principal critério para vencimento antecipado das debêntures desta emissão é a distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, pela emissora, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA ajustado da emissora seja superior a 4. Há exceção se a ViaOeste optar por contratar e apresentar ao Agente Fiduciário carta(s) de fiança bancária no valor correspondente à dívida representada pelas debêntures em circulação, emitida por uma instituição financeira autorizada, conforme definição expressa na escritura de emissão desta debênture.

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - VIAOESTE S.A.
(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Fornecedores

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	12.996	10.870
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	219	233
Cauções e retenções contratuais (b)	<u>9.982</u>	<u>10.004</u>
	<u>23.197</u>	<u>21.107</u>

- (a) Os saldos da Companhia referem-se principalmente aos valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.
- (b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas desses prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

16. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos; (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas.

	<u>2014</u>		<u>2015</u>			<u>Saldo final</u>
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição</u>	<u>Atualização Monetária</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Reversão</u>	
Não circulante						
Cíveis e administrativos	1.217	446	230	(362)	(863)	668
Trabalhistas e previdenciários	<u>2.911</u>	<u>419</u>	<u>139</u>	<u>(347)</u>	<u>(1.557)</u>	<u>1.565</u>
	<u>4.128</u>	<u>865</u>	<u>369</u>	<u>(709)</u>	<u>(2.420)</u>	<u>2.233</u>
	<u>2013</u>	<u>2014</u>				
Movimento em 2014	<u>2.253</u>	<u>2.000</u>	<u>254</u>	<u>(212)</u>	<u>(167)</u>	<u>4.128</u>

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de perda provável, a Companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos, nas esferas cível e trabalhista, nos montantes de R\$ 1.754 e R\$ 579, respectivamente (R\$ 549 e R\$ 660 respectivamente em 2014).

A Companhia possui outros riscos relativos a questões trabalhistas e cíveis, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - VIAOESTE S.A.
(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Cíveis e administrativos	8.120	14.428
Trabalhistas	969	853
	<u>9.089</u>	<u>15.281</u>
Fianças	1.882	1.517
	<u>1.882</u>	<u>1.517</u>

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 1.882.

17. Provisão de manutenção

	<u>2014</u>			<u>2015</u>		
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição/ reversão de provisão a valor presente</u>	<u>Reversão do ajuste a valor presente</u>	<u>Realização</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldo Final</u>
Circulante	1.188	(10.090)	150	(5.195)	23.036	9.089
Não circulante	29.357	25.253	3.499	-	(23.036)	35.073
	<u>30.545</u>	<u>15.163</u>	<u>3.649</u>	<u>(5.195)</u>	<u>-</u>	<u>44.162</u>
	<u>2013</u>			<u>2014</u>		
Circulante	18.648	3.622	1.496	(26.215)	3.637	1.188
Não circulante	13.367	18.143	1.484	-	(3.637)	29.357
	<u>32.015</u>	<u>21.765</u>	<u>2.980</u>	<u>(26.215)</u>	<u>-</u>	<u>30.545</u>

As taxas para cálculo do valor presente para os projetos com início de provisão até 2009 e de 2010 a 2015 são de 14,75%, 12,34%, 12,62%, 8,20%, 10,14%, 12,29% e, 15,77% respectivamente. As mesmas são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem.

18. Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia é de R\$ 139.763, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, dividido em 13.976.292.242 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 6.988.146.121 ordinárias e 6.988.146.121 preferenciais.

Não houve movimentações das ações durante os exercícios de 2015, 2014 e 2013.

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, o qual já foi atendido.

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - VIAOESTE S.A.
(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2015, foi constituída reserva de lucros em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. Esta retenção está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração (CAD), o qual será submetido à aprovação dos acionistas na AGO de 2016.

A proposta de orçamento de capital está justificada substancialmente pela necessidade de aplicação em investimentos na infraestrutura a serem realizados para atendimento aos requerimentos dos contratos de concessão.

d. Reserva de capital

A reserva de capital, no montante de R\$ 2.677, é oriunda da diferença entre o valor do acervo líquido incorporado e o valor do patrimônio líquido da Wolfson Empreendimentos Ltda., por ocasião de sua incorporação conforme estabelecido no Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação datado de 28 de junho de 2005.

e. Dividendos

Em 27 de abril de 2015, foi aprovada em AGE, a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 44.000 correspondentes a R\$ 2,9983 por lote de mil ações ordinárias e R\$ 3,2981 por lote de mil ações preferenciais, à conta de reserva de retenção de lucros, pagos em 28 de abril de 2015.

Em 27 de outubro de 2015, foi aprovada em AGE, a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 108.000 correspondentes a R\$ 7,3594 por lote de mil ações ordinárias e R\$ 8,0953 por lote de mil ações preferenciais, à conta de reserva de retenção de lucros, pagos em 26 de outubro de 2015. Sendo R\$ 16.697 à conta de reserva de retenção de lucros e R\$ 91.303 do resultado do período de janeiro à setembro de 2015.

	<u>2015</u>
Lucro líquido do exercício	299.452
(-) Constituição de reserva legal	<u>(14.973)</u>
Lucro líquido ajustado	<u>284.479</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	<u>71.120</u>
Total dos dividendos pagos	<u><u>103.214</u></u>

f. Juros sobre capital próprio

Em 29 de dezembro de 2015, foi aprovado em ata de AGE, o destaque pela Companhia de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 11.911 relativos ao lucro do exercício, que serão pagos até 31 de dezembro de 2016.

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - VIAOESTE S.A.
(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

g. Lucro por ação básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Numerador		
Lucro líquido do exercício	299.452	285.047
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias	6.988.146.121	6.988.146.121
Média ponderada de ações preferenciais	6.988.146.121	6.988.146.121
Lucro por ação ordinária - básico e diluído	0,02041	0,01942
Lucro por ação preferencial - básico e diluído	0,02245	0,02137

19. Receitas

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receitas de pedágio	976.773	927.911
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	76.588	70.876
Receitas acessórias	13.399	12.892
Receita bruta	1.066.760	1.011.679
Impostos sobre receitas	(85.465)	(81.455)
Abatimentos	(2)	(28)
Deduções da receita bruta	(85.467)	(81.483)
Receita líquida	<u>981.293</u>	<u>930.196</u>

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - VIAOESTE S.A.
(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Resultado financeiro

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos, debêntures, notas promissórias e arrendamento mercantil	(96.115)	(92.754)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(3.649)	(2.980)
Capitalização de custos dos empréstimos	11.296	6.337
Juros sobre impostos parcelados	-	(3.424)
Perda com operações de derivativos	(30.233)	(3.500)
Valor justo sobre financiamentos (<i>fair value option</i>)	(9.041)	(1.159)
Variação monetária sobre debêntures	(16.315)	(1.581)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	(2.658)	-
Juros sobre mútuos	(5.337)	(871)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(789)	(935)
	<u>(152.841)</u>	<u>(100.867)</u>
Receitas financeiras		
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	3.657	-
Rendimento sobre aplicações financeiras	9.146	12.094
Ganho com operações de derivativos	25.659	1.411
Valor justo sobre financiamentos (<i>fair value option</i>)	14.779	3.532
Juros e outras receitas financeiras	2.245	2.842
	<u>55.486</u>	<u>19.879</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(97.355)</u>	<u>(80.988)</u>

21. Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas ITR, conforme o quadro a seguir:

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - VIAOESTE S.A.
(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instrumentos financeiros por categoria

	2015			2014		
	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Aplicações financeiras	56.637	-	-	90.596	-	-
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	122	-	-	115	-	-
Contas a receber	-	5.416	-	-	2.680	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	57.681	-	-	53.569	-
Contas a receber com operações de derivativos	26.163	-	-	5.669	-	-
Passivos						
Contas a pagar com operações de derivativos	(24.543)	-	-	(7.758)	-	-
Debêntures e notas promissórias (a)	(162.797)	-	(471.593)	(149.491)	-	(764.344)
Financiamentos em moeda nacional	-	-	(185)	-	-	(320)
Empréstimos em moeda estrangeira	(115.001)	-	-	-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(30.007)	-	-	(27.569)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(2.188)	-	-	(2.157)
Mútuos - partes relacionadas	-	-	(40.594)	-	-	(40.492)
Partes relacionadas - AFAC	-	-	(1.724)	-	-	(1.724)
Obrigações com o Poder Concedente	-	-	(1.281)	-	-	-
	(219.419)	63.097	(547.572)	(60.869)	56.249	(836.606)

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas – conta reserva** - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações.
- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Financiamentos em moeda nacional e estrangeira, arrendamento mercantil financeiro e obrigações com o poder concedente** - Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas.
- **Debêntures mensurados ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	2015		2014	
	Valor contábil (a)	Valor justo (b)	Valor contábil (a)	Valor justo (b)
Debêntures	472.279	476.289	766.088	774.396

(a) Valores brutos dos custos de transação.

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de valor justo”, abaixo.

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - VIAOESTE S.A.
(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&FBovespa e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente.

- **Debêntures mensuradas ao valor justo por meio do resultado (*fair value option*)** - Em 27 de outubro de 2014, a ViaOeste emitiu debêntures da 2ª série da 5ª emissão, remuneradas a 5,67% a.a. sobre a variação do IPCA, sendo que na mesma data da emissão foi firmados contratos de *swap* para a totalidade do fluxo de caixa da operação, trocando a remuneração por percentuais de 99,9% até 100% do CDI.

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Aplicações financeiras e conta reserva	56.759	90.711
Derivativos	1.620	(2.089)
Empréstimos em moeda estrangeira	(115.001)	-
Debêntures	<u>(162.797)</u>	<u>(149.491)</u>
	<u>(219.419)</u>	<u>(60.869)</u>

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de inflação da 2ª série da 5ª emissão de debêntures.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

Segue abaixo quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados para a Companhia:

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - VIAOESTE S.A. (Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Data de início dos contratos	Data de Vencimento	Posição (Valores de Referência)	Valores de Referência (Nocional)				Valor Justo		Valores brutos contratados e liquidados		Efeito Acumulado				Resultado		
				Moeda Estrangeira		Moeda Local		Moeda Local		Moeda Local Recebidos/(Pagos)		Valores a receber/(recebidos)		Valores a pagar/(pagos)		Ganho/(Perda) em resultado		
				2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	
Posição ativa	BTG Pactual	27/10/2014	16/09/2019 (2)	IPCA + 5,67% a.a.	-	-	75.000	75.000	81.799	75.371	(4.142)	-	9.512	2.781	(5.682)	(3.885)	792	(1.104)
Posição passiva				100% do CDI	-	-	-	-	(77.969)	(76.475)	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição ativa	Merrill Lynch	27/10/2014	16/09/2019 (2)	IPCA + 5,67% a.a.	-	-	75.000	75.000	81.778	75.457	(4.141)	-	9.519	2.888	(5.674)	(3.873)	689	(985)
Posição passiva				99,90% do CDI	-	-	-	-	(77.933)	(76.442)	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição ativa	Merrill Lynch	26/10/2015	26/10/2017 (2)	USD + Libor 3meses + 2,50% a.a.	30.000	-	117.144	-	116.411	-	-	-	7.132	-	(13.187)	-	(6.055)	-
Posição passiva				109,95% do CDI	-	-	-	-	(122.466)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 31/12/2015									1.620	(2.089)	(8.283)	-	26.163	5.669	(24.543)	(7.758)	(4.574)	(2.089)

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - VIAOESTE S.A.
(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (1) Quando o derivativo possui vencimentos intermediários, o valor nominal mencionado é o da tranche vigente;
- (2) Os contratos possuem vencimentos semestrais intermediários, nos meses de março e setembro de cada ano, até o vencimento final.

Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Riscos de juros	<u>(4.574)</u>	<u>(2.089)</u>

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade referentes aos juros e variações monetárias.

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

Apresentamos no quadro abaixo os valores nominais referentes à variação cambial sobre os contratos de empréstimos e financiamentos sujeitos a esse risco. Os valores correspondem aos efeitos no resultado do exercício e no patrimônio líquido e foram calculados com base no saldo das exposições cambiais na data dessas demonstrações financeiras, sendo que as taxas de câmbio utilizadas no cenário provável foram adicionadas dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, para os cenários A e B.

Operação	Vencimentos até	Risco	Exposição em R\$ ⁽¹⁾	Efeito em R\$ no resultado			
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%	
4131 em USD	Mai de 2017	Aumento da cotação do USD	116.073	-	(29.018)	(58.036)	
SWAP USD x CDI (Ponta ativa)	Setembro de 2017	Diminuição da cotação do USD	(116.178)	-	29.045	58.089	
Total do efeito de perda				-	27	53	
Moedas em 31/12/2015:							
Dólar					3,90%	4,88%	5,86%

- (1) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo e não estão deduzidos dos custos de transação.

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - VIAOESTE S.A.
(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 30 de setembro de 2016 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ ⁽³⁾	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25 %	Cenário B 50 %
Passivos Financeiros						
Debêntures	Aumento do CDI	Maio de 2017	268.032	(41.100)	(51.439)	(61.803)
Debêntures	Aumento do CDI	Setembro de 2017	204.247	(30.638)	(38.332)	(46.039)
Debêntures	Aumento do IPC-A	Setembro de 2019	170.637	(28.492)	(33.244)	(37.995)
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Setembro de 2019	(170.615)	28.352	33.069	37.785
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Setembro de 2019	155.936	(21.944)	(27.428)	(32.912)
4131 em USD	Aumento da Libor de 3 meses ⁽⁹⁾	Outubro de 2017	116.073	(3.641)	(3.814)	(3.987)
Swap USD x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2017	119.608	(18.641)	(23.336)	(28.045)
Swap USD x CDI (ponta Ativa)	Diminuição da Libor de 3 meses ⁽⁹⁾	Outubro de 2017	(116.178)	3.766	3.970	4.173
Total do efeito de perda				<u>(112.338)</u>	<u>(140.554)</u>	<u>(168.823)</u>
As taxas de juros consideradas foram:						
CDI ⁽¹⁾				14,14%	17,68%	21,21%
IPC-A ⁽²⁾				10,67%	13,34%	16,01%

- (1) A taxa apresentada acima refere-se a taxa de 31/12/2015 divulgada pela CETIP e serviu como base para o cálculo do cenário provável. A mesma foi utilizada nos 12 meses do cálculo.
- (2) Refere-se a variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo Banco Central do Brasil.
- (3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2015, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

22. Ônus sobre ativos e garantias prestadas a terceiros

A Companhia mantém conta poupança no montante de R\$ 122 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 115 em 31 de dezembro de 2014), para garantia de realização de compensação ambiental, conforme previsto no contrato de concessão.

23. Compromissos vinculados a contratos de concessão

a. Decorrente do direito de outorga fixa

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, assumido no processo de licitação, determinado com base em valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, em parcelas iguais mensais até 2018, corrigidas pela variação do IGP-M, em julho de cada ano.

	Valor nominal		Valor presente	
	2015	2014	2015	2014
Outorga fixa	135.655	190.437	128.469	173.962

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - VIAOESTE S.A.
(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O compromisso será pago em parcelas mensais e iguais até fevereiro de 2018, corrigidas monetariamente pela variação do Índice Geral de Preços - IGP-M, em julho de cada ano. O cálculo do valor presente foi efetuado considerando uma taxa real de juros de 5% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

Esses compromissos, atualizados até 31 de dezembro de 2015, estavam assim distribuídos:

	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor presente</u>
2016	62.610	60.983
2017	62.610	58.079
2018	10.435	9.407
Total	<u>135.655</u>	<u>128.469</u>

No decorrer do exercício de 2015, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 61.374 (sendo R\$ 26.342 em caixa e R\$ 35.032 através de encontro de contas financeiras referente ao direito de outorga fixa R\$ 57.953 no exercício de 2014, sendo R\$ 24.291 em caixa e R\$ 33.662 através de encontro de contas financeiras).

b. Decorrente do direito de outorga variável

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 1,5% da receita mensal bruta.

No decorrer do exercício de 2015 foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 14.803, referente ao direito de outorga variável (R\$ 14.039 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014).

c. Compromisso com o Poder Concedente

A Concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão. Em 31 de dezembro de 2015 esses compromissos totalizavam R\$ 510.501 (R\$ 604.312 em 31 de dezembro de 2014 reapresentado) e refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente, atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário e não incluem eventuais investimentos contingentes.

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - VIAOESTE S.A.
(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d. Obras a executar

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Não circulante		
Obrigações com o Poder Concedente	-	2.253

Conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº 7, de 23 de abril de 2004, com o objetivo de promover a melhor adequação das condições de concessão para cumprimento dos fins de interesse público, entre outros aspectos, o Poder Concedente transferiu a responsabilidade da execução das obras de implantação dos contornos dos trechos urbanizados de São Roque e Brigadeiro Tobias para a Companhia. Conforme descrito no Termo Aditivo Modificativo nº 20, de 27 de janeiro de 2011, com o objetivo de recomposição do equilíbrio da equação econômico-financeira do Contrato de Concessão decorrente da implantação de um conjunto de obras realizadas, o Poder Concedente autorizou à Companhia a utilização de 28 parcelas da outorga fixa, período compreendido entre dezembro de 2010 e março de 2013, e a utilização de duas parcelas da outorga variável, período compreendido entre dezembro de 2010 e janeiro de 2011.

24. Demonstração dos fluxos de caixa

Abaixo demonstramos os efeitos de transações que não afetaram caixa no período de nove meses findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Fornecedores	(6.393)	(4.424)
Impostos e contribuições a recolher e provisões para imposto de renda e contribuição social	-	39.621
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	<u>(6.393)</u>	<u>35.197</u>
Adições ao ativo intangível	6.393	4.424
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	<u>6.393</u>	<u>4.424</u>
Mútuos com partes relacionadas - Captações	-	(39.621)
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	<u>-</u>	<u>(39.621)</u>

A companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

25. Eventos subsequentes

Em 05 de janeiro de 2016, foi firmado contrato em moeda estrangeira (dólar norte-americano), com liberação no dia 07 de janeiro de 2016, através da Lei nº 4131/1962, com o Bank of Tokyo, no montante de USD 45.771 mil, equivalente a R\$ 184.000, com vencimento em 07 de janeiro de 2019, remunerado à Libor de 3 meses + 2,10% a.a.. O pagamento de juros é trimestral e o pagamento de principal no final da operação. Na mesma data, foi firmado contrato de *swap*, trocando a remuneração da dívida por 117,50% do CDI. Este empréstimo conta com fiança da CCR.

Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - VIAOESTE S.A.
(Companhia aberta)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição do Conselho de Administração

Renato Alves Vale	Presidente do Conselho
Ítalo Roppa	Vice-Presidente
Antônio Linhares da Cunha	Conselheiro
Arthur Piotto Filho	Conselheiro
Leonardo Couto Vianna	Conselheiro
Marcus Rodrigo de Senna	Conselheiro

Composição da Diretoria

Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Diretor Presidente e de Relações com Investidores
Marcelo Bandeira Ferreira Boaventura	Diretor

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC 1SP129452/O-3

* * *



Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A.
Rodovia Presidente Castello Branco, km 24, lado par (sentido oeste)
Conjunto Norte - Jardim Mutirão - 06463-400 - Barueri - SP
tel. 55 (11) 2664 6000 - fax: 55 (11) 2664 6088
www.grupocr.com.br/viaoeste



**CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO
OESTE DE SÃO PAULO – VIAOESTE S.A.**
CNPJ/MF nº 02.415.408/0001-50
NIRE 35300154363
COMPANHIA ABERTA

ORÇAMENTO DE CAPITAL

Srs. Acionistas, nos termos do artigo 196 da Lei de Sociedades Anônimas e do artigo 25, §1º, inciso IV da Instrução Normativa da CVM nº 480/09, apresentamos a Vossas Senhorias para análise e posterior aprovação na Assembleia da Companhia, a proposta de Orçamento de Capital para o exercício de 2016, no valor de R\$ 136.191.000,00 (cento e trinta e seis milhões, cento e noventa e um mil reais) conforme fontes de financiamento abaixo, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 22 de fevereiro de 2016.

Proposta de Orçamento de Capital: R\$ 136.191.000,00

Aplicações

Investimento planejado para atendimento a compromissos da Companhia em 2016 R\$ 136.191.000,00

Origens/Fontes de Financiamento

Reserva de Retenção de Lucros até 31 de dezembro de 2015 R\$ 68.557.137,09

Outros Recursos Próprios e/ou de Terceiros R\$ 67.633.862,91

Barueri, 22 de fevereiro de 2016.


CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Renato Alves Vale
Presidente



DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada e atualmente em vigor (“Instrução CVM 480”), a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo do Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (“DELOITTE”) sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido em 22 de fevereiro de 2016 e com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Barueri/SP, 22 de fevereiro de 2016.



SR. EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO
DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES



SR. MARCELO BANDEIRA FERREIRA BOAVENTURA
DIRETOR